Art. 1º Nomear, VALDIR FERREIRA DA SILVA, CPF 235.511.863-91, para o Cargo de Direção Intermediária – CDI-II, Assistente de Gabinete, pertencente a estrutura da Casa Civil.

LEIA-SE:

Art. 1º Nomear, VALDIR FERREIRA SILVA, CPF 235.511.863-91, para o Cargo de Direção Intermediária – CDI-II, Assistente de Gabinete, pertencente a estrutura da Casa Civil.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 12 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1.666-P DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar WALTER BUSS CPF: 142.540.850-87, do Cargo de Natureza Especial Superior – CNES-II, Diretor da Imprensa Oficial do Estado de Roraima, pertencente a estrutura da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração – SEGAD.

Art. 2º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 16-8-2014.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 1.667-P DE 13 DE AGOSTO DE 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e nos termos do Art. 32, da Lei complementar nº 053/01, e em conformidade com Processo nº 026101.006425/14-75,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a partir de 1º-7-2014 a servidora efetiva ELEANE TEREZINHA BURGER BUSS, CPF: 271.189.240-91, do Cargo de Auxiliar Administrativo – Matrícula nº 040005766, nomeado pelo Decreto nº 306-P de 9 de março de 2005, lotado na Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, pertencente a estrutura da Secretaria de Estado da Gestão Estratégica e Administração – SEGAD.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 13 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

REPUBLICAÇÃO DO DECRETO Nº 1.652-P DE 07 DE AGOSTO DE 2014, POR INCORREÇÕES EM SUA MATÉRIA

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 62, Inciso III, da Constituição Estadual,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, LISANE CALHEIROS MONTEIRO, CPF 588.263.862-34, do Cargo de Direção Superior – CDS-II, Gerente de Abrigo, pertencente a estrutura da Secretaria de Estado de Trabalho e Bem Estar Social - SETRABES.

Art. 2º Este Decreto produz seus efeitos a contar de 1º-8-2014.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 07 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 17.411-E DE 11 DE AGOSTO DE 2014.

“Aprova o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, na forma do Anexo Único, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 11 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO

Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima

CAPÍTULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Conselho Fiscal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima é Órgão da Administração Superior de deliberação colegiada, criado pela Lei Complementar Estadual nº 30, de 30 de junho de 1999.

Art. 2º O Conselho Fiscal é órgão fiscalizador dos atos de gestão do Instituto de Previdência do Estado de Roraima – IPER.

CAPÍTULO II

Da Organização, Composição e Competência

Art. 3º O Conselho Fiscal do IPER tem a seguinte organização:

I – Plenário;

II – Secretaria Executiva.

Art. 4º O Plenário do Conselho Fiscal é um órgão de acompanhamento e de superior deliberação colegiada, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento Interno.

Seção I

Composição

Art. 5º O Plenário do Conselho Fiscal é composto por seu Presidente, 5 (cinco)

Conselheiros efetivos e 1 (um) suplente, observado o seguinte:

I – O Conselheiro Presidente e o seu Suplente, de livre escolha do Governador do Estado;

II – 1 (um) segurado representante do Poder Legislativo;

III – 1 (um) segurado representante do Poder Judiciário;

IV – 1 (um) segurado representante do Tribunal de Contas;

V – 1 (um) segurado representante do Ministério Público; e

VI – 1 (um) segurado representante dos servidores do IPER, escolhido na forma do art. 38, §§ 5º a 8º, da Lei Complementar nº 30, de 30 de junho de 1999.

§ 1º Para compor o Conselho Fiscal, os Conselheiros efetivos deverão satisfazer as

seguintes condições:

I – ser segurado do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS/RR;

II – possuir formação superior em administração, atuária, contabilidade, direito ou economia, e ter experiência na área de gestão administrativa ou financeira, ou especialização acadêmica em área afim e, preferencialmente, reconhecida capacidade e experiência comprovada na área de previdência social e mercado financeiro; e

III – não haver incorrido em falta apurada em processo administrativo ou em condenação criminal transitado em julgado.

§ 2º O mandato dos membros de que trata o caput será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 6º Na ocorrência de vacância ou, interinamente, em quaisquer impedimentos do

Presidente do Conselho Fiscal, o suplente assume como titular, até que o Governador

indique novo membro e se proceda a nomeação e recomposição do Conselho Fiscal.

Art. 7º A perda do mandato de Conselheiro efetivo será declarada pelo Plenário do Conselho Fiscal, por decisão da maioria dos seus membros, observada a ampla defesa e o contraditório, e comunicada à Secretaria Executiva para as providências necessárias à substituição.

§ 1º Acarretará a perda do mandato as seguintes hipóteses:

I – deixar de comparecer, injustificadamente, a 3 (três) reuniões consecutivas ou alternadas, durante o respectivo período de designação;

II – renúncia expressa;

III – perda da condição de segurado do RPPS/RR.

§ 2º Não serão consideradas faltas as ausências legalmente justificadas.

§ 3º As justificativas de ausências deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva do Conselho Fiscal até 30 (trinta) dias após a reunião.

Art. 8º A posse dos membros e perda do mandato será efetivada pelo Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima.

Seção II

Da Competência

Art. 9º Ao Conselho Fiscal do IPER compete:

I – emitir parecer sobre os balancetes mensais e as contas anuais da entidade, encaminhando-os ao Conselho Estadual de Previdência, para deliberação;

II – opinar sobre assuntos de natureza econômico-financeira e contábil que lhes sejam submetidos pelo Conselho Estadual Previdenciário ou pelo Presidente do IPER;

III – comunicar ao Conselho Estadual de Previdência e aos órgãos de controle os fatos relevantes que apuram no exercício de suas atribuições;

IV – emitir parecer prévio a respeito do plano de cargos e salários e sobre a regularidade das operações de investimentos e alienações do Instituto; e

V – examinar livros e documentos, bem como, se eventualmente necessário, indicar, para contratação de perito de sua escolha.

Seção III

Atribuições dos Membros do Plenário

Subseção I

Atribuições do Presidente

Art. 10. São atribuições do Presidente do Conselho Fiscal:

I – presidir as reuniões do Conselho, dirigindo e orientando os trabalhos na conformidade deste Regimento;

II – cumprir e fazer cumprir as decisões do Órgão Colegiado;

III – abrir e encerrar as sessões, suspendê-las temporariamente ou ouvindo o Plenário até data posterior, quando as circunstâncias exigirem tal medida excepcional;

IV – determinar a leitura da ata anterior, submetendo-a a aprovação do Conselho;

V – resolver as questões de ordem suscitadas pelo plenário;

VI – verificar as questões de quórum, tanto as referentes à instalação das sessões quanto as pertinentes às votações;

VII – colocar em discussão e votação as matérias constantes da ordem do dia;

VIII – resolver sobre a votação por partes;

IX – orientar, dirigir e regular os debates;

X – conceder ou negar a palavra aos Conselheiros;

XI – interromper o orador quando este se afastar da questão em debate ou quando pretender falar sobre matéria vencida, salvo, em justificativa de voto ou explicação pessoal;

XII – alertar o orador se este usar linguagem imprópria ou faltar com a consideração devida a seus pares, podendo cessar-lhe a palavra na reincidência;

XIII – anunciar o resultado das votações e enunciar as decisões tomadas pelo Conselho;

XIV – constituir as comissões ou os grupos de trabalhos para fins específicos, determinando o seu prazo de duração;

XV – solicitar ao Plenário a autorização da presença, nas reuniões, de pessoas que possam prestar esclarecimentos pertinentes às matérias em pauta;

XVI – solicitar ao Plenário autorização de permitir, excepcionalmente, a inclusão de assuntos extra-pauta, considerando a urgência e a relevância dos mesmos;

XVII – assinar as Resoluções e Correspondências do Conselho;

XVIII – representar o Conselho em todos os atos necessários;

XIX – representar o Conselho ou, em caso de impedimento, designar o seu Suplente, ou outro Conselheiro;

XX – convocar reuniões extraordinárias;

XXI – solicitar às autoridades competentes a remessa de documentos necessários ao estudo e às deliberações do Conselho;

XXII – designar relatores para estudo preliminar dos assuntos a ser discutidos nas reuniões;

XXIII – fazer observar as leis e os regulamentos;

XXIV – apresentar ao Plenário do Conselho, na primeira sessão ordinária do ano civil, o relatório anual dos trabalhos do exercício anterior;

XXV – propor alterações no Regimento Interno do Conselho Fiscal do IPER; e

XXVI – conhecer das justificativas de ausência dos membros do Conselho.

Subseção II

Atribuições dos Conselheiros

Art. 11. Aos Conselheiros incumbe:

I – zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho, e em suas decisões, pelo fiel cumprimento e observância dos critérios e normas estabelecidos em lei e neste Regimento Interno;

II – estudar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

III – apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho para votação;

IV – requerer votação de matéria em regime de urgência;

V – representar o Conselho, por indicação de seu Presidente ou deliberação do Plenário, em atos públicos oficiais, congressos e conferências;

VI – solicitar as diligências necessárias para melhor instrução de processo que lhe for

distribuído para relatar;

VII – desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

VIII – preparar-se para participar das reuniões, por meio da leitura dos documentos referentes aos assuntos pautados que lhe foram enviados, capacitando-se para debater e votar as matérias em exame;

IX – fornecer ao Presidente e aos demais membros do Conselho Fiscal, dados e informações de seu conhecimento referentes às matérias examinadas nas reuniões que julgar importantes para as deliberações daquele Colegiado;

X – elaborar votos sobre recursos e outros assuntos sob exame do Conselho Fiscal na qualidade de relatores designados pelo Presidente; e,

XI – propor alterações no Regimento Interno do Conselho Fiscal do IPER.

Seção III

Secretaria Executiva

Art. 12. O IPER terá em sua estrutura orgânica à disposição do Conselho Fiscal uma Secretaria Executiva, representada por um (a) Secretário (a) Executivo (a), designado(a) pelo Presidente do IPER.

Parágrafo único. Cabe à Secretaria Executiva preparar, com documentos e informações disponíveis, os temas da pauta da ordem do dia, destacando os pontos recomendados para deliberação, material este a ser distribuído pelo menos 2 (dois) dias antes da reunião ordinária, sem o qual, salvo a critério do Plenário, não poderá haver votação.

Art. 13. São atribuições do (a) Secretário (a) Executivo (a):

I – preparar, antecipadamente, as reuniões do Plenário do Conselho, os informes, as remessas de materiais aos Conselheiros e outras providências;

II – acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes, visando a redação final da ata;

III – encaminhar as conclusões do Plenário, inclusive, revendo a cada mês a implementação de conclusões de reuniões anteriores;

IV – despachar os processos e expedientes de rotina;

V – acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções emanadas do Conselho e prestar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Fiscal do IPER;

VI – receber, registrar, distribuir e controlar os processos e documentos em tramitação no Conselho;

VII – organizar e manter registros dos atos relativos ao Conselho;

VIII – preparar os expedientes decorrentes das Resoluções do Conselho;

IX – secretariar as reuniões do Conselho Fiscal.

CAPÍTULO III

Do Funcionamento

Art. 14. O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês, e extraordinariamente, por convocação de seu Presidente, por deliberação do Plenário, em decorrência de requerimento justificado de algum membro, ou por solicitação do Presidente do IPER.

§ 1º O cronograma das reuniões ordinárias será definido pelo Conselho Fiscal.

§ 2º A convocação da reunião extraordinária deverá ser comunicada com antecedência de, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas aos membros do Conselho.

§ 3º Participarão das reuniões ordinárias e extraordinárias os membros titulares e o suplente, a Secretaria Executiva do Conselho Fiscal e os membros da Diretoria do IPER, quando convidados.

§ 4º As reuniões do Conselho Fiscal serão instaladas com a presença de no mínimo 4 (quatro) membros, titulares ou suplente, resguardando-se os direitos à voz e ao voto.

§ 5º Cada membro titular terá direito a um voto.

§ 6º O Presidente do Conselho Fiscal terá direito a voz e voto, além do voto de qualidade, no caso de empate.

§ 7º O Conselho Fiscal deliberará por maioria simples de votos.

Art. 15. As reuniões do Conselho Fiscal serão conduzidas pelo seu respectivo Presidente ou pelo seu suplente, na ausência do primeiro.

Art. 16. A pauta da reunião ordinária constará de:

a) leitura e aprovação da ata da reunião anterior;

b) expediente constando de informes da mesa e dos Conselheiros;

c) ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados;

d) deliberações;

e) definição da pauta da reunião seguinte;

f) encerramento.

Parágrafo único. O Conselheiro poderá propor a inclusão de tema a ser discutido, cabendo ao Plenário decidir sobre sua apreciação em regime de urgência.

Art. 17. As deliberações do Conselho Fiscal, observado o quórum estabelecido, serão tomadas mediante Resoluções, identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente, que entrarão em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial do Estado de Roraima – DOE.

Art. 18. As reuniões do Conselho Fiscal, observada a legislação vigente, terão as seguintes rotinas para ordenamento de seus trabalhos:

I – as matérias pautadas, após o processo de exame prévio preparatório, serão apresentadas por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

II – ao início da discussão poderá ser pedido vistas, devendo o assunto retornar imprimevelmente, na reunião ordinária seguinte para apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de 1 (um) Conselheiro;

III – a questão de ordem é direito exclusivamente ligado ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao Presidente avaliar a pertinência, e submetendo ao Plenário, para acatá-la ou não;

IV – as votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada Conselheiro, ficando excluída a possibilidade de votação secreta.

Art. 19. As reuniões do Plenário devem ser registradas em atas que deverão, obrigatoriamente, conter:

I – relação dos presentes, seguida com a menção de condição (Titular, Suplente e Convidado);

II – resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

III – relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(is) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

IV – as deliberações tomadas serão aprovadas, ao final de cada reunião, lavrando-se a ata definitiva, e o posterior encaminhamento para publicação no DOE, bem como a sua divulgação no portal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima;

V – o registro dos votos contra, a favor e abstenções, incluindo o voto nominal quando solicitado.

§ 1º O inteiro teor das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estará disponível na Secretaria Executiva, em cópia de documentos.

§ 2º Após a aprovação e a assinatura das atas, o Presidente do Conselho Fiscal dará ciência das deliberações do Conselho ao Presidente do IPER e ao Conselho Estadual de Previdência por meio de ofício, elaborado com base nos dados constantes da ata correspondente, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis contados da última reunião, para que possam ser imediatamente atendidas, conforme o caso.

Art. 20. As atas e decisões proferidas pelo Conselho Fiscal deverão ser publicadas no Diário Oficial do Estado de Roraima – DOE e divulgadas no portal do Instituto de Previdência do Estado de Roraima.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 21. O Conselho Fiscal poderá determinar por deliberação da maioria dos seus membros, a qualquer tempo, a realização de inspeções, auditorias ou tomadas de contas no IPER, podendo, para tanto, utilizar peritos independentes se for o caso.

Art. 22. O comparecimento às atividades do Conselho Fiscal em horário coincidente aos da jornada de trabalho, assim como toda e qualquer representação do IPER, serão considerados como efetivo exercício do cargo ou do emprego público, ficando vedada a imputação de falta ao serviço dos respectivos Conselheiros.

Art. 23. Compete ao IPER proporcionar ao Conselho Fiscal os meios necessários ao exercício de suas atividades e efetivar a gratificação pela participação em órgão de deliberação coletiva da administração direta, autárquica e fundacional aos membros do Conselho Fiscal pela participação nas reuniões, na forma da Lei Complementar nº 216, de 29 de julho de 2013.

Art. 24. Os casos omissos e as dúvidas surgidas na aplicação do presente Regimento Interno serão dirimidos pelo Plenário do Conselho.

Art. 25. O presente Regimento Interno entrará em vigor na data da sua publicação.

DECRETO Nº 17.412-E DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições que lhe conferem o artigo 62, III, da Constituição Estadual, e CONSIDERANDO a Unidade Gerenciadora de Projeto Saneamento – UGP Saneamento, criada pelo Decreto nº 17.169-E, de 18-7-2014 e CONSIDERANDO o contido no GAB/SEINF/OFCIO N. 1264/2014, da Secretaria de Estado da Infraestrutura.

R E S O L V E:

Art. 1º Substituir LILIAN REGINA VIEIRA JAQUES SOUZA, Coordenadora de Monitoramento Avaliação e Gestão da Informação – SETRABES por JOANIR DE ALMEIDA BORGES – Gerente da Unidade I do ITERAIMA, na função de Responsável Técnico pela execução do Trabalho Técnico Social da Unidade Gerenciadora de Projeto Saneamento – UGP Saneamento.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 12 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 17.413-E DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, inciso III, da Constituição Estadual,

R E S O L V E:

Art. 1º Autorizar a ausentar-se do Estado, o servidor LUIZ GONZAGA CAMPOS DE SOUZA, Secretário de Estado da Fazenda, para assessorar o Exmo. Senhor Governador em reunião junto a Secretaria do Tesouro Nacional, em Brasília/DF.

Art. 2º Este Decreto surte efeitos nos dias 29 e 30-7-2014.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 12 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº 17.414-E DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

“Transfere integrante da carreira policial militar do Ex-Território Federal de Roraima para a Reserva Remunerada, a pedido.”

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso III, do art. 62, da Constituição do Estado de Roraima e de acordo com o disposto no inciso I, do art. 92 e art. 93, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979,

combinado com o que dispõe o inciso I, do art. 89; e parecer da Procuradoria Geral do Estado (PGE) nº 35/2014/PROCURADORIA PREVIDENCIÁRIA/CP/PGE/RR,

R E S O L V E:

Art. 1º Transferir, a pedido, para a reserva remunerada, a contar de 30 de julho de 2014, o 2º TENENTE QEOBM RAIMUNDO ALBINO DE LIMA, RG nº 57.027

SSP/RR, CPF nº 182.764.402-82, por estar com mais de trinta anos de serviço.

Art. 2º Os proventos devidos terão como base o que prescrevem os artigos 19, 20 e 21 da Lei nº 10.486, de 4 de julho de 2002, calculados sobre o soldo de 2º TENENTE.

Art. 3º A Diretoria de Pessoal e Legislação do Corpo de Bombeiros Militar de Roraima efetivará o seu desligamento do serviço ativo, nos termos do inciso I e parágrafo único, do art. 89, da Lei nº 6.652, de 30 de maio de 1979.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos/RR, 12 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº. 17.415-E DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

“Dispõe sobre a posse de candidato nas fileiras da PMRR (sob liminar) na condição de Aluno Oficial do Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto nos Artigos 14, 15, 17 e parágrafo único do Artigo 30, da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012 (Estatuto dos Militares do Estado de Roraima),

D E C R E T A:

Art. 1º - Empossar nas fileiras da Polícia Militar de Roraima, em caráter liminar, de acordo com os autos do Mandado de Segurança nº 0817911-58.2014.8.23.0010, o candidato PATRICK RABELO JOSE, Inscrição nº. 7613563669, aprovado e classificado, na forma do Concurso Público nº 001/2014 – Edital nº 001/2014, de 21 de janeiro de 2014, publicado no DOE nº 2203, de 23 de janeiro de 2014, a contar de 8 de julho de 2014, na condição de Aluno Oficial do Quadro de Oficiais de Saúde (QOSPM).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Senador Hélio Campos, em Boa Vista-RR, 12 de agosto de 2014.

FRANCISCO DE ASSIS RODRIGUES

Governador do Estado de Roraima

DECRETO Nº. 17.416-E DE 12 DE AGOSTO DE 2014.

“Dispõe sobre a posse de candidato nas fileiras da PMRR para o cargo de Cargo de 2º Tenente PM do Quadro de Oficiais Combatentes da Policial Militar - QOCPM”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 62, inciso III, da Constituição Estadual e tendo em vista o disposto no artigo 6º, da Lei Complementar nº 051, de 28 de dezembro de 2001, c/c os artigos 14, 15, 17 e 30 da Lei Complementar nº 194, de 13 de fevereiro de 2012 (Estatuto dos Militares do Estado de Roraima),

D E C R E T A:

Art. 1º - Empossar nas fileiras da Polícia Militar de Roraima o candidato DANIEL FERREIRA DE SOUZA, CPF nº. 931.626.932-68, aprovado e classificado, na forma do Edital nº 001/2013, do concurso público 009/2013, publicado no DOE nº 2082, de